COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES "OLAVO SILVA SOUZA" - AME ITU - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM".

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU

CNPJ 66.518.267/0020-46

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.482.679,95	1.374.130,22
Adiantamentos a Empregados	5	11.138,73	19.967,65
Impostos Recuperáveis		1.348,87	-
Outros Créditos	6	1.198,00	1.198,00
Estoques	7	83.724,16	93.339,41
Despesas Antecipadas		6.188,26	5.477,39
		1.586.277,97	**1.494.112,67**
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	8	54.064,06	74.223,46
Intangível	9	1.800,00	2.880,00
		55.864,06	**77.103,46**
Total do Ativo		**1.642.142,03**	**1.571.216,13**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
Passivo Circulante			
Fornecedores		179.657,44	74.820,91
Obrigações Trabalhistas	10	202.013,44	189.944,98
Obrigações Sociais e Fiscais	11	118.764,21	111.092,62
Contas a Pagar		3.067,35	3.715,81
Provisões para Férias e Encargos	12	356.822,54	270.002,47
		860.324,98	**649.576,79**
Passivo Não Circulante			
Provisões para Contingências	13	10.953,94	28.941,91
Bens Públicos em Nosso Poder	14	55.864,06	77.103,46
		66.818,00	**106.045,37**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		815.593,97	562.768,28
Superávit do Exercício		(100.594,92)	252.825,69
		714.999,05	**815.593,97**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.642.142,03**	**1.571.216,13**

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	Notas	2022	2021
Receitas Líquidas	**15**	**10.297.619,40**	**9.290.592,57**
Contrato de Gestão nº 2416901/2019	**16**	10.276.380,00	9.279.180,00
Realização de Bens Públicos em nosso poder		27.849,40	41.165,96
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(6.610,00)	(3.977,80)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		-	(25.775,49)
Custos		**(10.109.956,93)**	**(8.677.322,33)**
Pessoal e Reflexos	**18**	(4.241.209,96)	(3.585.323,25)
Serviços Terceirizados	**19**	(5.288.532,07)	(4.583.596,01)
Medicamentos e Materiais de Consumo	**20**	(580.214,90)	(508.403,07)
(-) Custo da Isenção Usufruída	**25**	(827.973,48)	(779.397,50)
Isenção Usufruída	**25**	827.973,48	779.397,50
(=) Resultado Bruto		**187.662,47**	**613.270,24**
Despesas		**(495.275,35)**	**(501.862,37)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(3.850,88)	(3.465,00)
Despesas Gerais	**21**	(491.424,47)	(498.397,37)
Outras Receitas Operacionais		**32.538,09**	**91.093,09**
Outras Receitas		32.538,09	91.093,09
(=) Resultado Antes das Rec/ Desp Financeiras		**(275.074,79)**	**202.500,96**
Resultado Financeiro	**17**	**174.479,87**	**50.324,73**
Receitas Financeiras		194.695,54	73.039,60
Despesas Financeiras		(20.215,67)	(22.714,87)
Superávit do Exercício		**(100.594,92)**	**252.825,69**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Dotação Inicial	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	**698.471,84**	**(135.703,56)**	-	**562.768,28**
Incorporação do Superávit/Déficit	698.471,84	(698.471,84)	-	-	-
Incorporação da Dotação Inicial	(135.703,56)	-	135.703,56	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	252.825,69	-	-	252.825,69
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**562.768,28**	**252.825,69**	-	-	**815.593,97**
Incorporação do Superávit/Déficit	252.825,69	(252.825,69)	-	-	-
Incorporação da Dotação Inicial	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(100.594,92)	-	-	(100.594,92)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**815.593,97**	**(100.594,92)**	-	-	**714.999,05**

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

	2022	2021
Atividades Operacionais		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(100.594,92)	252.825,69
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	8.828,92	(16.116,92)
Impostos Recuperáveis	(1.348,87)	783,67
Estoques	9.615,25	(9.862,55)
Despesas Antecipadas	(710,87)	470,64
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	104.836,53	(339.415,45)
Obrigações Trabalhistas	12.068,46	20.548,57
Obrigações Sociais e Fiscais	7.671,59	16.448,27
Provisões para Férias e Encargos	86.820,07	2.805,80
Provisão para Contingências	(17.987,97)	(111.991,18)
Outras Obrigações	(648,46)	1.319,81
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**108.549,73**	**(182.183,65)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado/Intangível Pertencente a Gestão Pública	(14.875,62)	(3.977,90)
Baixa de Imobilizado/Intangível Pertencente a Gestão Pública	8.265,62	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(6.610,00)**	**(3.977,90)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	6.610,00	3.977,90
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**6.610,00**	**3.977,90**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**108.549,73**	**(182.183,65)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.374.130,22	1.556.313,87
Disponibilidades no Final do Exercício	1.482.679,95	1.374.130,22
Variação Líquida nas Disponibilidades	**108.549,73**	**(182.183,65)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em Reais)

1.Contexto Operacional: O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa. O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Contrato de Gestão – Processo SPDOC nº 2416901/2019, firmado com **a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** em 01 de fevereiro de 2020, assumiu a operacionalização da gestão e execução das atividades de saúde do **Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza – AME Itu** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. O prazo de vigência do presente Contrato de Gestão será de 5 (cinco) anos, iniciando-se no momento de sua assinatura. Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, a **Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo** repassará ao **CEJAM** o montante global estimado de R$ 50.691.794,05. Para o exercício de 2022, o montante repassado foi de R$ 10.276.380,00, através do Termo de Aditamento nº 01/2022, assinado em 27 de dezembro de 2021. **2.Bases De Preparação Das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.b) Base de mensuração:**As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. **• Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem. **• Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado (quando aplicável): • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **• Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, com base em seu registro consolidado, que compreende histórico de exercício anterior à este Contrato de Gestão, não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; • Veículos: 5 anos. **3.d) Intangível (quando aplicável): • Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. **3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1. **3.h) Receitas:** As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.**3.i) Despesas:** As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.**3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Bens Numerários		
Caixa	1.500,00	1.512,54
Bancos – Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	1.481.617,68	1.372.617,68
	1.482.679,95	**1.374.130,22**

5. Adiantamentos a Empregados	2022	2021
Adiantamentos de Férias	11.138,73	19.967,65
	11.138,73	**19.967,65**

6. Outros Créditos	2022	2021
Aluguéis a Receber	1.198,00	1.198,00
	1.198,00	**1.198,00**

7. Estoques	2022	2021
Mat. De Laboratório e Reagentes	734,51	377,08
Medicamentos	5.882,44	8.244,20
Material Médico Hospitalar	28.570,07	36.015,45
Materiais de Expediente e Escritório	6.736,52	8.275,15
Materiais de Manutenção	4.597,59	2.550,31
Materiais de Informática	3.834,50	2.256,68
Materiais de Limpeza	13.451,53	21.783,50
Materiais de EPI	2.154,53	2.573,28
Material de Higiene	23,60	-
Instrumental Cirúrgico	-	258,00
Gêneros Alimentícios	3.706,42	2.232,35
Utensílios para Copa	972,65	1.302,75
Peças e Acessórios	6.655,77	-
Uniformes e Rouparias	6.404,03	7.470,66
	83.724,16	**93.339,41**

8. Imobilizado	Taxa	2022	2021
Máquinas e Equipamentos	10%	52.127,45	47.367,45
Equipamentos de Uso Médico	10%	359.236,57	359.236,57
Equipamentos de Informática	20%	203.168,62	203.168,62
Móveis e Utensílios	10%	394.646,58	395.662,58
Veículos	20%	44.750,00	44.750,00
(-) Depreciação Acumulada		(999.865,16)	(975.961,76)
		54.064,06	**74.223,46**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e o Governo do Estado de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade do Governo Estadual.

9. Intangível	Taxa	2022	2021
Intangível De Gestão Pública			
Direitos de Uso de Sistemas	20%	92.413,37	92.413,37
(-) Amortização Acumulada		(90.613,37)	(89.533,37)
		1.800,00	**2.880,00**

10 . Obrigações Trabalhistas	2022	2021
Salários a Pagar	202.013,44	172.106,37
Pensões Alimentícias a Pagar	-	1.387,11
Rescisões a Pagar		16.451,50
	202.013,44	**189.944,98**

11. Obrigações Sociais E Fiscais	2022	2021
INSS sobre Salários a Recolher	21.885,99	15.539,54
FGTS a Recolher	31.008,17	34.702,90
Contr. Sindicais e Assistências a Recolher	96,00	82,80
IRRF sobre Salários a Recolher	41.219,93	35.743,02
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	4.222,03	4.398,92
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	14.160,58	14.519,17
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	4.917,32	4.863,16
ISS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	1.254,19	1.243,11
	118.764,21	**111.092,62**

12. Provisões para Férias e Encargos	2022	2021
Provisão para Férias	330.534,11	250.189,36
Provisão para FGTS sobre Férias	26.288,43	19.813,11
	356.822,54	**270.002,47**

13. Provisões para Contingências	2022	2021
Provisões para Contingências Trabalhistas	10.953,94	28.941,91
	10.953,94	**28.941,91**

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. **14. Bens Públicos em Nosso Poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 55.864,06 em 2022 e o montante de R$ 77.103,46 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

Descrição da Contrapartida	2022	2021
Bens Públicos em Nosso Poder	55.864,06	77.103,46
	55.864,06	**77.103,46**

15. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

16. Receita com Contrato de Gestão.	2022	2021
Contrato De Gestão Nº 2416901/2019		
Janeiro	856.365,00	773.265,00
Fevereiro	856.365,00	773.265,00
Março	856.365,00	773.265,00
Abril	856.365,00	773.265,00
Maio	856.365,00	773.265,00
Junho	856.365,00	773.265,00
Julho	856.365,00	773.265,00
Agosto	856.365,00	773.265,00
Setembro	856.365,00	773.265,00
Outubro	856.365,00	773.265,00
Novembro	856.365,00	773.265,00
Dezembro	856.365,00	773.265,00
	10.276.380,00	**9.279.180,00**

17. Receitas e Despesas Financeiras	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	193.513,30	72.239,76
Descontos Obtidos	1.182,24	799,84
(-) Tarifas Bancárias	(66,50)	(60,00)
(-) Impostos sobre Aplicações Financeiras	(19.347,16)	(21.910,05)
(-) IOF	(802,01)	(744,82)
	174.479,87	**50.324,73**

18. Pessoal e Reflexos	2022	2021
Ordenados	2.482.596,28	2.147.110,02
13º Salários	262.659,71	217.494,90
Auxílio Enfermidade	-	3.430,23
Férias (incluída provisão anterior ao contrato de gestão)	347.310,67	298.726,13
Gratificações	555,69	19.144,79
Indenizações e Avisos Prévios	65.683,93	27.659,88
Insalubridade	186.352,26	151.131,18
Horas Extras	11.924,53	1.634,62
DSR	-	210,55
Benefícios	562.621,86	422.845,89
Contribuições ao FGTS	321.505,03	295.935,06
	4.241.209,96	**3.585.323,25**

Continua ➤